



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

COMISSÃO DE REDAÇÃO

Redação Final ao Projeto Lei nº 227/2014
(Autoria do Deputado Tercílio Turini)

Denominação de viaduto
localizado no Município de
Cambé.

Art. 1º Denomina Adelino da Silva o viaduto localizado na Rodovia PR-445, confluência com a Avenida Parigot de Souza, no Município de Cambé.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, 14 de outubro de 2014.


Alexandre Curi
Presidente


Tercílio Turini


Relator 





ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
Centro Legislativo Presidente Aníbal khury

COMISSÃO DE REDAÇÃO


Redação Final ao Projeto Lei nº 351/2014
(Autoria do Deputado Rasca Rodrigues)

Inserção do Dia dos Protetores de
Animais no Calendário Oficial de
Eventos do Estado do Paraná.

Art. 1º Insere no Calendário Oficial de Eventos do
Estado do Paraná o Dia dos Protetores de Animais, realizado
anualmente no dia 4 de outubro.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua
publicação.

Sala das Comissões, 14 de outubro de 2014.


Alexandre Curi
Presidente


Relator
Rasca


Pedro Lupatov

João Gualberto


Rasca

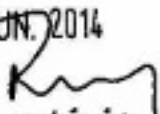
Denise Lito



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Deputado Estadual CAÍTO QUINTANA



PROJETO DE LEI Nº 256/14

LIDO NO EXPEDIENTE
CONCEDIDO APOIAMENTO A D. L.
Em, 03 JUN. 2014

1º Secretário

Súmula: Concede Título de Cidadão
Honorário do Paraná ao Senhor JOSÉ
JOAQUIM OLIVEIRA MONTE

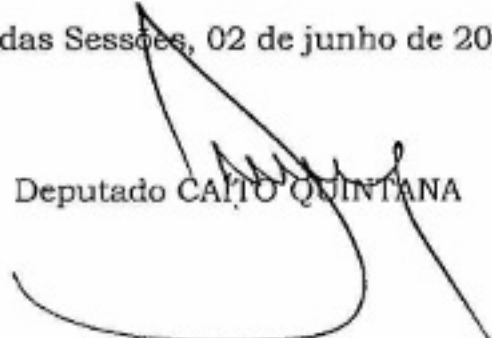
A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1º - Fica concedido o título de Cidadão Honorário do Paraná ao Senhor
JOSÉ JOAQUIM OLIVEIRA MONTE.

Art. 2º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, 02 de junho de 2014.


Deputado CAÍTO QUINTANA



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Deputado Estadual CAÍTO QUINTANA



José Joaquim Oliveira Monte nasceu em 1º de janeiro de 1944, no município de Barras, Estado do Piauí. Filho de Manoel Monte Carvalho e Maria de Jesus Oliveira Carvalho, é casado com Celina Santiago Monte.

Iniciou a alfabetização aos 9 anos no Grupo Escolar Matias Olímpio e no Patronato Monsenhor Bozon (em Barras) e o Científico, no Colégio São João (em Fortaleza). No segundo grau, destacava-se desenhando ilustrações de seres vivos nas aulas de Biologia. Graduiu-se em médico pela Faculdade de Medicina da Universidade Federal do Ceará (UFCE), em 1971. No segundo ano do curso de medicina, iniciou seu vínculo com o magistério: foi convidado pra ser monitor da disciplina de Anatomia. Descobriu, então, outra paixão...ensinar! Se aposentou como Professor Titular de Anatomia Médica na Universidade Federal do Paraná.

Em 1972 voltou a Fortaleza para realizar o primeiro curso de Pós-Graduação - Aperfeiçoamento como Professor de Anatomia, na mesma Faculdade que se formou. Logo foi convidado para assumir a Coordenação Geral das Disciplinas de Anatomia do Setor de Ciências da Natureza da Universidade Federal do Piauí. Foi consolidado como professor desde os primeiros passos como Médico.

Participou em 1973, de um curso sobre Problemática do Menor, realizado pelo Centro de Estudos do Menor e Integração Comunitária do Serviço Social do Estado do Piauí, em Teresina. Preocupado com a aprendizagem dos alunos, cursou no mesmo ano, na condição de aluno especial, a disciplina de Psicologia Educacional no Centro de Ciências da Educação da Universidade Federal do Piauí (Teresina). No ano seguinte, com a mesma intenção, participou da Semana de Estudos Universitários no mesmo Departamento de Educação.

Em 1974 foi convidado para a Coordenação Geral da III Jornada Universitária do Piauí, realizada pela UFPI. Neste mesmo ano fez o primeiro curso de Especialização - Treinamento de Docentes em Anatomia - na Escola Paulista de Medicina (EPM), em São Paulo/SP, e também o curso de Especialização em Métodos e Técnicas de Ensino, na UFCE.

Em 1977 retornou à Escola Paulista de Medicina (EPM) para realizar outro curso de Especialização, visando a formação de Professor de Anatomia. Lá permaneceu até 1979, onde concluiu o curso de Mestrado para Formação Docente e Iniciação Científica em Anatomia. Fez o curso de Antropologia Física e de Extensão Cultural sobre Aspectos Filosóficos, Políticos e Econômicos do Desenvolvimento Brasileiro, no Centro de Estudos do Desenvolvimento da Sociedade Brasileira de Cultura, em São Paulo. Participou na Faculdade de Direito de Marília, de um curso sobre Sexologia Forense.

Em seguida iniciou o Curso de Doutorado na Universidade de São Paulo (SP), com área de concentração em Neuroanatomia.

Em 1980, já residindo em Curitiba, participou como representante da Universidade Federal do Paraná: No Congresso Brasileiro de Educação Médica realizado em Goiânia (GO); do I Encontro de Educadores sobre Assessoria Pedagógica nas Escolas Médicas e do I Encontro de Educadores Médicos, ambos



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Deputado Estadual CAÍTO QUINTANA



realizados pela ABEM, na cidade do Rio de Janeiro.

Em 1981, na Universidade Federal do Paraná (UFPR), participou do Treinamento em Tecnologia Educacional, Micro-Ensino e Comportamento Verbal Interativo.

Em 1983, participou do VI Encontro de Pesquisadores em Educação dos Estados do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, realizado pela AESUFOP na cidade de Porto Alegre. No ano seguinte, participou da reciclagem de Professores Universitários realizada pela Universidade Tuiuti do Paraná, em Curitiba.

Em 1984, foi ao Rio de Janeiro para participar do IV Congresso Brasileiro de Medicina Psicosomática. cursou como aluno ouvinte, as cadeiras de Cinesiologia, Biomecânica, Psicomotricidade, Desenvolvimento Motor e outras, no Curso de Educação Física da UFPR.

De 1985 à 1988, publicou 30 artigos sobre Educação, Saúde, Qualidade de Vida e Relações Humanas (no suplemento Viver Bem do Jornal Gazeta do Povo) e 40 artigos sobre Educação e Qualidade de Vida (na Revista do Santa Mônica Clube de Campo), ambos em Curitiba.

Em 1996, assumiu a Coordenação como Médico Psiquiatra do Centro de Promoção da Qualidade de Vida (promoVIDA) da CLINEURO (Clínica do Sistema Nervoso) em Curitiba. No ano seguinte, editou o livro "Promoção da Qualidade de Vida" pela Editora Letras.

Em 1997 começou a trabalhar com Avaliação Computadorizada da Qualidade de Vida, utilizando um software, de sua autoria.

Em 1999 teve seu Título de Especialista em Psiquiatria renovado e referendado pelo Conselho Federal de Medicina.

Em 1998 participou do Encontro de Professores de Medicina - ABEM (RJ); em 1999, do Encontro de Diretores e Coordenadores de Cursos de Medicina - ABEM (SP) e em 2000, Encontro Norte/Nordeste de Educação Médica (Fortaleza).

Em 2000 participou também do XXIII Congresso de Educação Médica - ABEM, em Petrópolis, RJ.

Iniciou a vida de rotariano no Rotary Club de Teresina Sul (1976 à 1979) Sócio Veterano (classificação anterior: Medicina - Psiquiatria) e Vice-Presidente do Rotary Club de Curitiba Bom Retiro. Foi Presidente do Rotary Club de Curitiba Norte no ano rotário 1990/91; Presidente do Rotary Club de Curitiba 300 anos (2007/8). Ocupou diversos cargos nos Conselhos Diretores destes clubes, tendo ocupado o cargo de diretor em todas as avenidas do Rotary Club de Curitiba Norte, Curitiba 300 anos e Curitiba Bom Retiro. Foi Presidente da Fundação da Unidade Rotária de Curitiba (1990/1). Membro do Grupo de Apoio a Recursos Hídricos, força tarefa de Rotary International para 2007/8; Governador do Distrito 4730 de Rotary International (1998/99) e Presidente da Associação dos Governadores de Rotary do Brasil.

No Distrito 4730 de Rotary International (em Curitiba) ocupou a função de



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Deputado Estadual CAÍTO QUINTANA



Diretor, Presidente e Membro de diversas avenidas e comissões.

Publicou vários artigos sobre temas rotários na revista Brasil Rotário, nos boletins de diversos clubes e jornais de Curitiba e de outras localidades.

Idealizou e coordenou os programas: Recaminhando Rotary e Rotary no Continente Antártico.

Atividades como Radiocidadão em Curitiba: Foi Presidente do PX Clube de Curitiba.

Atividades Maçônica: Foi iniciado com Aprendiz Maçom (1981) na Augusta e Respeitável Loja Maçônica Apóstolo da Caridade da Grande Loja do Paraná (Oriente de Curitiba), passando a Companheiro e chegando a Mestre Maçom (em 1982), tendo desempenhado as funções de Secretário e Orador; fui Orador e Presidente da Augusta e Respeitável Loja Simbólica Hugo Simas e, na condição de Mestre Instalado, foi Presidente do Conselho de Veneráveis Mestres de Curitiba e Região Metropolitana Estendia.

Participou de atividades de consultoria e assessoria nas áreas comportamental, saúde e qualidade de vida em diversas empresas, entre elas : Furucawa, Indústria Porto Belo, Secretarias de Estado de vários Estados e Governos, Banco do Estado do Paraná, Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul, Hospital das Clínicas de Curitiba, Hospital Nossa Senhora das Graças, Universidade Tuiuti do Paraná, Universidade Estadual do Piauí, Faculdade de Ciências Médicas da UESPI, Universidade do Professor em Faxinal do Céu, Grupo Positivo, Projeto Jari em Monte Dourado, Colégio Bom Jesus, Colégio Santa Maria, Colégio Dom Bosco, Colégio Paranaense, Colégio Interamericano, Colégio Novo Ateneu, Rotary Club, Santa Mônica Clube de Campo, Sesc, Senac, Sebrae, Rosa-Cruz, Maçonaria e outras.

Como atividades de avaliação, participou de mais de 100 Bancas Examinadoras para seleção de professores e avaliação de teses para obtenção de títulos de especialização, mestrados e doutorado (em várias universidades brasileiras).



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 256/2013

Projeto de Lei nº. 256/2013
Autores: Deputado Caio Quintana

Súmula: Concede o Título de
Cidadão Honorário do Paraná ao
Senhor José Joaquim Oliveira
Monte.

EMENTA. TÍTULO DE CIDADÃO
HONORÁRIO. LEI 13.115/01
ALTERADA PELAS LEIS 14.667/05 E
16.213/09. POSSIBILIDADE FACE
AO PREENCHIMENTO DOS
REQUISITOS EXIGIDOS.
CONSTITUCIONALIDADE E
LEGALIDADE. APROVAÇÃO.
PARECER FAVORÁVEL.

PREÂMBULO

O presente Projeto de Lei, de autoria do
Deputado Caio Quintana, tem por objetivo conceder o Título de Cidadão
Honorário do Estado do Paraná ao Senhor Joaquim Oliveira Monte.



FUNDAMENTAÇÃO

Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



Dispõe a Lei nº. 13.115 de 14 de Fevereiro de 2001, alterada pelas Leis nº. 14.677 de 06 de abril de 2005 e 16.213 de 17 de agosto de 2009, que:

Art. 1º. O título de Cidadão Honorário ou de Cidadão Benemérito será concedido à pessoa com reputação ilibada e conduta pessoal e profissional irrepreensíveis que tenha prestado relevantes serviços de abrangência estadual e de contribuição significativa para todo Estado do Paraná e que satisfaça ao menos 4 (quatro) das seguintes condições:

I - contribuição ao desenvolvimento das ciências, letras, artes ou da cultura em geral;

II - ação destacada na área de filantropia ou em favor de obras sociais;

III - biografia com registro de postura ética e respeitosa na defesa dos postulados democráticos, das instituições nacional e da cidadania;

IV - notório conhecimento e saber na área de atuação;

V - publicações de abrangência estadual em periódicos, jornais, revistas ou outros meios de comunicação.

Parágrafo único. No momento da propositura devem ser anexadas certidões negativas e criminais, com a finalidade de comprovar sua reputação ilibada, conduta profissional e pessoal irrepreensíveis do homenageado e demais documentos para atendimento ao disposto no caput deste artigo.

Diante da previsão legal, verifica-se que cabe exclusivamente aos partidos políticos com assento da Assembleia Legislativa apresentar projetos de lei concedendo título de cidadão honorário, de forma que o parlamentar subscritor possui legitimidade para propor o presente Projeto.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



No mesmo sentido, diante da informação da liderança através do ofício em anexo, o partido ainda possui quotas para concessão do referido título de cidadão honorário.

No que tange aos requisitos exigidos pela Lei, estes restam preenchidos, com as certidões necessárias devidamente juntadas, não encontrando óbices para normal tramitação do presente projeto de lei.

CONCLUSÃO

Diante do exposto, opina-se pela **APROVAÇÃO** do presente Projeto de Lei, em virtude de sua legalidade, bem como por estarem presentes todos os requisitos Constitucionais, legais e de técnica legislativa.

Sala das Comissões, 15 de julho de 2014.

DEPUTADO NELSON JUSTUS
PRESIDENTE

DEPUTADO ALEXANDRE CURI
RELATOR

Praça Nossa Senhora da Salette 111 - Setor Cívico - Curitiba - Paraná

Handwritten signatures and names of deputies: Dep. Romanelli, Dep. Caetano, Dep. Pereira, Dep. Tercilio, Dep. Duplont, Dep. Scarpinella, Dep. Tabebu, Dep. Terianno, Dep. Elson, Dep. Restor.

PROJETO DE LEI 400/14

Súmula: Altera as informações que específica, da Lei nº 17.013, de 14 de dezembro de 2011, que trata do Plano Plurianual para o período de 2012-2015.

**A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
decretou e eu sanciono a seguinte lei:**

Art. 1º Altera o Anexo I – Programas Finalísticos, da Lei nº 17.013, de 14 de dezembro de 2011, que institui o Plano Plurianual para o exercício de 2012 a 2015, na parte relativa às Principais Propostas dos Programas, como segue:

PROGRAMA 03 – Desenvolvimento Integrado da Cidadania/PDI-Cidadania

Principais Propostas

Construir, ampliar e reformular Estabelecimentos Penais.
Implantar a reestruturação organizacional da SEJU.
Implementar a Escola de Educação em Direitos Humanos – (ESEDH).
Implementar Políticas de Defesa do Consumidor.
Implementar Políticas de Direitos Humanos e Cidadania.
Reestruturar a Gestão do Sistema Penal.
Manutenção, Operação Gestão e Serviços de Hotelaria para Complexos Prisionais e Centros de Detenção.

PROGRAMA 04 – Desenvolvimento Rural Sustentável e Abastecimento

Principais Propostas

Agilizar a regularização de propriedades rurais e o acesso à terra.
Apoiar a competitividade das cadeias produtivas.
Expandir a base florestal.
Integrar e coordenar a rede paranaense de abastecimento e segurança alimentar.
Promover a gestão de microbacias.
Promover a melhoria da vida rural.
Expandir, modernizar, operar e manter as Centrais de Abastecimento do Paraná – CEASA/PR.

PROGRAMA 07 – Energia

Principais Propostas

Implantar alcoolduto – Noroeste / Norte do Paraná ao Porto de Paranaguá.
Implantar Centrais Geradoras de Energia de Pequeno Porte.
Implantar programas de energia para o fortalecimento dos produtores rurais do Estado.
Promover o fortalecimento da COPEL.
Propiciar o uso eficiente e racional da energia.
Prover infraestrutura de telecomunicações – Cidades Digitais.
Construção, Operação e Manutenção da Rede de Dutos de Gás do Estado do Paraná.

PROGRAMA 13 – Paraná Seguro

Principais Propostas

Combater o crime organizado.
Desenvolver aplicação ampliada de inteligência e tecnologia em segurança.
Fortalecer as forças policiais civil e militar.
Prevenir a violência entre os jovens.
Reduzir a criminalidade urbana e rural.
Implantar o Programa de Identificação Veicular para o Projeto “Sistema Paranaense de Controle e Monitoramento de Veículos”.
Implantar, operar e gerir os Pátios Veiculares Integrados do Estado.

PROGRAMA 14 - Paraná Sustentável

Principais Propostas

Conservação da Biodiversidade e Gestão das Mudanças Climáticas.
Modernização e Compartilhamento da Gestão Ambiental com os Municípios.
Plano Cartográfico.
Regularização Fundiária.
Sistema de Gestão de Recursos Hídricos e da Qualidade do Ar.
Sistema de Gestão de Saneamento Básico e Resíduos Sólidos.
Zoneamento Ecológico Econômico (ZEE).
Recuperação, Proteção e Administração de Parques Estaduais.

PROGRAMA 18 – Rede Paraná Multimodal de Transporte e Logística

Principais Propostas

Ferrovias – Ampliação da malha ferroviária e modernização dos ativos operacionais.
Portos de Paranaguá a Antonina – Ampliação dos berços de atracação.
Complexo Industrial Portuário – Nova Pontal.
Programa de Melhoria da Infraestrutura Aeroportuária do Estado.
Promoção de um Plano Diretor de Infraestrutura e Logística para o Estado.
Rodovias Estaduais – Conservação, Restauração, Melhorias, Construção e Segurança nas Estradas.
Rodovias Estaduais – Duplicação, operação, manutenção, conservação e implantação de melhorias do Corredor da PR-323.
Rodovias Estaduais – Duplicação, operação, manutenção, conservação e implantação de melhorias do Corredor Norte Central do Paraná – PR-445.
Rodovias Estaduais – Duplicação, operação, manutenção, conservação e implantação de melhorias Corredor Norte Pioneiro do Paraná – PR-092.
Rodovias Estaduais – Duplicação, operação, manutenção, conservação e implantação de melhorias da PRC-101.
Rodovias Estaduais - Corredor Sudoeste (PR-280 entre o Distrito de Marmelândia a General Carneiro).

PROGRAMA 19 – Saúde para todo o Paraná

Principais Propostas

Centros Regionais de Atenção Especializada.
Mãe Paranaense.
Plano Diretor de Atenção Primária à Saúde.
Rede de Atenção à Pessoa Idosa.
Rede de Atenção à Saúde Mental.
Rede de Atenção Integral às Urgências e Emergências.
Rede Estadual de Atenção à Saúde das Pessoas com Deficiência.
Manutenção, Operação, Gestão e Serviços de Hotelaria para Unidades de Saúde e Hospitais do Paraná.

Art. 2º Altera o Anexo II – Programas de Gestão, Manutenção e Serviços ao Estado, da Lei nº 17.013, de 2011, na parte relativa às Principais Propostas dos Programas, como segue:

PROGRAMA 40 – Gestão Estratégica

Principais Propostas

Nova Gestão.
Nova Liderança.
Perto dos Municípios e das Pessoas.
Valores e Diretrizes.
Viabilidade do Plano.
Construção, Operação e Modernização do Centro Administrativo do Estado.

Art. 3º As principais propostas do Plano Plurianual 2012-2015, as ações e obras das respectivas Leis Orçamentárias Anuais poderão ser objeto de Parcerias Público Privadas.

Art. 4º Altera no Anexo I – Programas Finalísticos, da Lei nº 17.013, de 2011, o indicador "Taxa de Mortalidade por Doenças Cardio e Cerebrovasculares na Faixa Etária de 0 a 69 anos", do Programa 19 – Saúde para Todo Paraná conforme segue:

Denominação e Fonte	Unidade de Medida	Referência		Previsão Índice 2015	Alteração	Justificativa
		Data	Índice			
Taxa de Mortalidade por Doenças Cardio e Cerebrovasculares na Faixa Etária de 0 a 69 anos Fonte: Sistema de Mortalidade (SIM)	coeficiente	5/9/2011	78,79	75,64	Índice apurado em 2012 e Periodicidade de Apuração	O índice apurado e informado referente ao exercício de 2013 é preliminar e anual, uma vez que o banco de dados encerra a apuração um ano após seu processamento. Desta forma, somente no final de 2014 estarão disponíveis os índices de 2013. É necessária a correção para o realizado em 2012, a fim de que tenha o perfil adequado da SESA, sendo o índice definitivo, apurado no final de 2013/início de 2014, o seguinte: Taxa de Mortalidade por Doença Cardio e Cerebrovasculares na Faixa Etária de 0 a 69 anos: 98,5 (dado preliminar era 72,83).

Art. 5º Altera o Anexo I – Programas Finalísticos, da Lei nº 17.013, de 2011, no Programa 10 – Morar Bem Paraná, as caracterizações das iniciativas como segue:

"Iniciativa: 3802 – Morar Bem Paraná Rural

Caracterização:

Prestar atendimento às famílias de baixa renda residentes no meio rural, com a contratação de unidades habitacionais. Melhorar a habitabilidade das famílias de baixa renda, residentes no meio rural, com pequenas obras de reparos e pintura.

Iniciativa: 3803 – Morar Bem Paraná Urbano

Caracterização:

Prestar atendimento às famílias de baixa renda residentes no meio urbano, com a contratação de unidades habitacionais. Melhorar a habitabilidade das famílias de baixa renda, residentes no meio urbano, com pequenas obras de reparos e pintura."

Parágrafo único. A alteração de que trata o *caput* deste artigo aplica-se para os exercícios de 2014 e 2015.

Art. 6º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

MENSAGEM
Nº 081/2014

Curitiba, 09 de setembro de 2014

**ITEM DO EXPEDIENTE
CONCEDIDO APOIAMENTO À D. L.**

Em, 15 SET, 2014

1º Secretário



PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO
Gabinete do Governador

Senhor Presidente,

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para ser apreciado por essa Assembleia Legislativa, Anteprojeto de Lei que objetiva alterar as informações que especifica da Lei nº 17.013, de 14 de dezembro de 2011, que trata do Plano Plurianual para o período de 2012-2015.

As modificações propostas para a Lei nº 17.013, de 2011, decorrem da necessidade de atualização do Plano Plurianual para o período de 2012 a 2015, através da complementação do item: "Principais Propostas dos Programas de Governo", a seguir identificados:

PROGRAMA 3	Desenvolvimento Integrado da Cidadania PDI-Cidadania
PROGRAMA 4	Desenvolvimento Rural Sustentável e Abastecimento
PROGRAMA 7	Energia
PROGRAMA 14	Paraná Sustentável
PROGRAMA 18	Rede Paraná Multimodal de Transporte e Logística
PROGRAMA 19	Saúde para todo Paraná

Adicionalmente a isso, propõe-se a modificação no indicador do Programa 19 - Saúde para Todo Paraná, visto que a apuração de tal índice ocorre um ano após o seu processamento, ou seja, o índice que corresponde ao exercício de 2014 estará disponível no final de 2015. Desta forma, no exercício em curso somente teremos um dado preliminar.

Propõe-se, também, a alteração das caracterizações de duas iniciativas do Programa 10 - Morar Bem Paraná, para adequá-las à realidade de execução dos órgãos responsáveis, uma vez que, para as Iniciativas 3802 - Morar Bem Paraná Rural e 3803 - Morar Bem Paraná Urbano, a meta de família atendida corresponde à formalização do contrato com a família que será beneficiada com a unidade habitacional.

Certo de que a medida merecerá dessa Assembleia Legislativa o necessário apoio e consequente aprovação, reitero a Vossa Excelência meus protestos de apreço e consideração.


CARLOS ALBERTO RICH
Governador do Estado

Excelentíssimo Senhor
Deputado VALDIR ROSSONI
Presidente da Assembleia Legislativa do Estado
N/CAPITAL
AJB/CTL/Prot. 13.316.677-0

CASA CIVIL Sistema Estadual de Legislação



Pesquisa Rápida

voltar

Exibir At

Página para Impressão

Lei 17013 - 14 de Dezembro de 2011

Alterado Compilado Original

Publicado no Diário Oficial nº. 8609 de 14 de Dezembro de 2011

Súmula: Institui o Plano Plurianual para o período de 2012 a 2015.

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná decretou e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º. Fica instituído o Plano Plurianual do Estado do Paraná para o período de 2012 a 2015 - PPA 2012-2015, elaborado em consonância com o artigo 133 da Constituição Estadual.

Art. 2º. O PPA 2012-2015 reflete as políticas públicas e organiza a atuação governamental, estruturado em Programas e Iniciativas orientados para a consecução dos objetivos estratégicos.

§ 1º. Os Programas e Iniciativas constantes do PPA 2012-2015 estarão expressos, com as mesmas codificações, nas leis orçamentárias anuais e nas leis que as modifiquem.

§ 2º. Os Programas representam o elemento de integração entre o Plano e o Orçamento.

§ 3º. As iniciativas, quando orçamentárias, correspondem aos projetos, atividades e operações especiais constantes dos orçamentos anuais.

§ 4º. As ações orçamentárias serão discriminadas exclusivamente nas leis orçamentárias anuais.

Art. 3º. Integram esta Lei os seguintes Anexos:

I - Programas Finalísticos;

II - Programas de Gestão, Manutenção e Serviços ao Estado;

III - Obrigações Especiais.

Art. 4º. As estimativas de recursos dos Programas e Iniciativas constantes dos Anexos desta Lei são referenciais e foram fixadas de modo a conferir consistência ao Plano Plurianual, não se constituindo em limites à programação das despesas expressas nas leis orçamentárias anuais.

§ 1º. A Lei de Diretrizes Orçamentárias estabelecerá as metas e prioridades para cada ano, promovendo os ajustes eventualmente necessários ao Plano Plurianual, conforme disposto no inciso VI, § 3º do artigo 133 da Constituição Estadual.

Art. 5º. Os procedimentos orçamentários anuais constituem atualizações automáticas do Plano.

Art. 6º. O Poder Executivo, para compatibilizar as alterações promovidas pelas leis orçamentárias anuais e suas alterações, bem como mudanças econômicas e sociais, fica autorizado a:

I - alterar o valor global do Programa (incluir, excluir ou alterar iniciativas orçamentárias e seus respectivos atributos);

II - adequar a quantidade da meta física de iniciativa orçamentária para compatibilizá-la com alterações nos recursos efetivadas pelas leis orçamentárias;

III - incluir, excluir ou alterar iniciativas decorrentes de aprovação de operações de crédito internas e/ou externas, necessárias à execução dos programas financiados, após a assinatura do respectivo contrato, tendo como limite o valor do empréstimo e respectiva contrapartida;

IV - descentralizar recursos dos Programas Especiais previstos na Administração Geral do Estado - Recursos sob Supervisão da SEPL, mediante abertura de iniciativas específicas nas Unidades Orçamentárias executoras, por ocasião da formalização dos contratos;

V - incluir iniciativas não orçamentárias;

§ 1º. O Plano poderá ser objeto de revisão mediante projeto de lei, sempre que necessário, ressalvado o disposto no caput deste artigo.

Art. 7º. Cabe à Secretaria de Estado do Planejamento e Coordenação Geral (SEPL) estabelecer normas complementares para a gestão, monitoramento e avaliação do PPA 2012-2015.

Art. 8º. Passa a integrar a presente Lei o Anexo IV, devendo o Poder Executivo proceder às alterações dele decorrentes no prazo de 30 dias, a partir da sua publicação.

Art. 9º. Esta Lei entra em vigor a partir de 1º de janeiro de 2012.

PALÁCIO DO GOVERNO EM CURITIBA, em 14 de dezembro de 2011

Carlos Alberto Richa
Governador do Estado

Maria Tereza Uille Gomes
Secretária de Estado da Justiça, Cidadania e Direitos Humanos

☐ *Luiz Carlos Jorge Haully*
Secretário de Estado da Fazenda

Cezar Augusto Silvestri,
Secretário de Estado do Desenvolvimento Urbano

Marcelo Simas do Amaral Cattani
Secretário de Estado da Comunicação Social

Luiz Eduardo Da Veiga Sebastiani
Secretário de Estado da Administração e da Previdência

Paulino Viapiana
Secretário de Estado da Cultura

Alípio Santos Leal Neto
Secretário de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior

Luiz Claudio Romanelli
Secretário de Estado do Trabalho, Emprego e Economia Solidária

☐ *Jonel Nazareno Iurk*
Secretário de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos

Norberto Anacleto Ortigara
Secretário de Estado da Agricultura e do Abastecimento

José Richa Filho
Secretário de Estado de Infraestrutura e Logística

Michele Caputo Neto
Secretário de Estado da Saúde

Flávio Arns
Secretário de Estado da Educação

Reinaldo de Almeida César Sobrinho
Secretário de Estado da Segurança Pública

Cassio Taniguchi
Secretário de Estado do Planejamento e Coordenação Geral

Ricardo Barros
Secretário de Estado da Indústria, do Comércio e Assuntos do Mercosul

Faisal Saleh



Secretário de Estado do Turismo

Fernanda Bernardi Vieira Richa
Secretária de Estado da Família e Desenvolvimento Social

Durval Amaral
Chefe da Casa Civil

Cid Marcus Vasques
Secretário Especial de Corregedoria e Ouvidoria Geral

Mauro Munhoz
Secretário de Controle Interno

Mario Celso Puglielli da Cunha
Secretário Especial para Assuntos da Copa do Mundo de Futebol de 2014

Deonilson Roldo
Secretário Especial da Chefia de Gabinete do Governador

Edson Luiz Casagrande
Secretário Especial para Assuntos Estratégicos

Wilson Quinteiro
Secretário Especial de Relações com a Comunidade


Julio Cesar Zem Cardozo
Procurador Geral do Estado

Olympio de Sá Sotto Maior Neto
Procurador-Geral de Justiça

AJB/Prot.nº11.246.220-1

Este texto não substitui o publicado no Diário Oficial do Estado

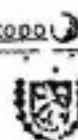
ANEXOS:

	anexo62637_26871.pdf

© Casa Civil do Governo do Estado do Paraná
Palácio Iguaçu - Praça Nossa Senhora de Salette, s/n
80530-909 - Centro Cívico - Curitiba - Paraná



CASA CIVIL





Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 400/2014

Projeto de Lei nº. 400/2014

Autor: Poder Executivo – Mensagem nº. 81/2014

Altera as informações que especifica, da Lei nº 17.013, de 14 de dezembro de 2011, que trata do Plano Plurianual para o período de 2012-2015.

EMENTA: ALTERA AS INFORMAÇÕES QUE ESPECIFICA, DA LEI Nº 17.013, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2011, QUE TRATA DO PLANO PLURIANUAL PARA O PERÍODO DE 2012-2015. POSSIBILIDADE. LEGITIMIDADE AFERIDA. ART. 24 CF. ARTS. 65, 133 E 134 DA CE. CONSTITUCIONAL. PARECER PELA APROVAÇÃO.

PREÂMBULO

O Projeto de Lei de autoria do Poder Executivo, através da Mensagem nº 081/2014, tem como objetivo alterar as informações que especifica, da Lei nº 17.013, de 14 de dezembro de 2011, que trata do Plano Plurianual para o período de 2012-2015.

FUNDAMENTAÇÃO

De início, compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33-A do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada:



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

Art. 33-A Cabe à Comissão de Constituição e Justiça:

I - emitir parecer sobre as proposições quanto à sua constitucionalidade, legalidade, juridicidade, adequação regimental e caráter estrutural, em face do que dispõe a Lei Complementar Federal no 95, de 26 de fevereiro de 1998 e alterações posteriores.

Sobre a iniciativa de Projetos de Lei, dispõe o Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná:

Art. 124. A iniciativa dos projetos caberá a qualquer membro da Assembleia, ao Governador, aos Tribunais e ao Ministério Público, que poderão solicitar o seu arquivamento ou a sua restituição, em qualquer fase de sua tramitação.

Parágrafo único. Todos os projetos, ressalvada a competência exclusiva do Governador, dos Tribunais e do Ministério Público, terão origem na Assembleia, sob a iniciativa de qualquer Deputado ou Comissão.

Ainda, sobre a iniciativa das Leis, oportuno observar a Constituição do Estado do Paraná, em seu art. 65:

Art. 65. A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembleia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

**Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na
forma e nos casos previstos nesta Constituição.**

Com efeito, a Constituição Federal em seu artigo 24, inciso II
estabelece:

**Art. 24. Compete à União, aos Estados e ao Distrito
Federal legislar concorrentemente sobre:**
II - orçamento;

Além disso, o projeto está em conformidade com o que
estabelece a Constituição Estadual, conforme segue:

**Art. 133. Leis de Iniciativa do Poder Executivo
estabelecerão:**

- I - o plano plurianual;
- II - as diretrizes orçamentárias anuais;
- III - os orçamentos anuais.

**§ 1º. A lei que instituir o plano plurianual
estabelecerá de forma regionalizada as diretrizes,
objetivos e metas da Administração pública
estadual direta e indireta, abrangendo os
programas de manutenção e expansão das ações
de governo.**

**§ 2º. Nenhum investimento cuja execução
ultrapasse um exercício financeiro poderá ser
iniciado sem prévia inclusão no plano plurianual,
ou sem lei que autorize sua inclusão, sob pena de
crime de responsabilidade.**



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

§ 3º. A lei de diretrizes orçamentárias, de caráter anual, compreenderá:

VI - os ajustamentos do plano plurianual decorrentes de uma reavaliação da realidade econômica e social do Estado;


Art. 134. Os projetos de lei relativos ao plano plurianual, às diretrizes orçamentárias, ao orçamento anual e aos créditos adicionais serão apreciados pela Assembleia Legislativa.


Por fim, no que tange às normas de elaboração normativa, previstas na Lei Complementar 95/98, o presente projeto encontra-se revestido de legalidade.




CONCLUSÃO

Diante do exposto, opina-se pela **APROVAÇÃO** do presente Projeto de Lei, por estarem presentes todos os requisitos Constitucionais, legais e de técnica legislativa.

Sala das Comissões, 16 de setembro de 2014.


NELSON JUSTUS
Presidente


ADEMAR TRAINANO
Relator




Praça Nossa Senhora da Salette s/nº - Centro Cívico - Curitiba - Paraná


APROVADO

16/09/14



PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 400/14

Autoria: - Poder Executivo

I — RELATÓRIO

O Projeto de Lei em tela foi encaminhado pelo chefe do Executivo Estadual, acompanhado da Mensagem n.º 81/2014, para este Legislativo, a fim de ser apreciado e votado pelos pares desta Casa, e tem como proposta *“alterar as informações que especifica, da Lei nº 17.013, de 14 de dezembro de 2011, que trata do Plano Plurianual para o período de 2012-2015”*.

A proposta encaminhada tem por finalidade alterar a Lei Estadual nº 17.013, de 2011, as modificações propostas decorrem da necessidade de atualização do Plano Plurianual para o período de 2012 a 2015, através da complementação do item: “Principais Propostas dos Programas de Governo”, a seguir identificados:

PROGRAMA 3	Desenvolvimento Integrado da Cidadania PDI-Cidadania
PROGRAMA 4	Desenvolvimento Rural Sustentável e Abastecimento
PROGRAMA 7	Energia
PROGRAMA 14	Paraná Sustentável
PROGRAMA 18	Rede Paraná Multimodal de Transporte e Logística
PROGRAMA 19	Saúde para todo Paraná

A proposta de modificação no indicador do Programa 19 – Saúde para todo Paraná, é necessário visto que a apuração de tal índice ocorreu um ano após o seu processamento, ou seja, o índice que corresponde ao exercício de 2014 estará disponível no final de 2015. Desta forma, no exercício em curso somente terão dado preliminar.

A alteração das caracterizações de duas iniciativas do Programa 10 – Morar Bem Paraná visa adequá-las à realidade, de execução dos órgãos responsáveis, para os projetos atividades 3802 – Morar Bem Paraná Rural e 3803 – Morar Bem Paraná Urbano, a meta de família atendida corresponde à formalização do contrato com a família que será beneficiada com a unidade habitacional

A proposta apresentada, não provocará impactos financeiros, desta forma encontra o amparo legal não violando a Lei Complementar Federal nº 101/00.



II — DA FUNDAMENTAÇÃO DO PARECER

A proposta ora em análise tramitou pela Comissão de Constituição e Justiça sendo que seu relator exarou parecer favorável pela constitucionalidade e legalidade, sendo aprovado por unanimidade naquela comissão.

A autorização legislativa para a alteração ora proposta encontra-se embasada na Constituição do Estado do Paraná que estabelece no seu art. 133, inciso I, § 1º e no art. 134, conforme segue:

Art. 133 — Leis de iniciativa do Poder Executivo estabelecerão:

I — o plano plurianual;

§ 1º. A lei que instituir o plano plurianual estabelecerá de forma regionalizada as diretrizes, objetivos e metas da Administração pública estadual direta e indireta, abrangendo os programas de manutenção e expansão das ações de governo.

Art. 134 — Os projetos de lei relativos ao plano plurianual, às diretrizes orçamentárias, ao Orçamento anual e aos créditos adicionais serão apreciados pela Assembleia Legislativa.

III — CONCLUSÃO

Assim, chamada esta relatoria a se manifestar no projeto de lei em epígrafe, conforme preceitua o art. 33-C do Regimento Interno, nosso parecer é favorável.

Sala de Reunião das Comissões, 08/10/14

DEP. NEREU MOURA
PRESIDENTE

DEP. ELIO RUSCH
RELATOR

DEP. Pastor

DEP. Jonas

DEP. BANY
Dr. Rodolfo



Estado do Paraná
PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA



PROJETO DE LEI 403/14

SÚMULA: Eleva de entrância a Comarca de Pinhão, cria uma Vara Judicial com o desmembramento do Juízo Único, cria uma Seção Judiciária, altera a Lei Estadual nº 14.277, de 30 de dezembro de 2003 e adota outras providências.

Art. 1º Eleva da entrância inicial para entrância intermediária a Comarca de Pinhão, alterando a Lei Estadual nº 14.277, de 30 de dezembro de 2003 - Código de Organização e Divisão Judiciárias.

Art. 2º Cria uma Vara Judicial na Comarca de Pinhão, alterando o artigo 263 da Lei referida no art. 1º, que passa a vigorar acrescido do inciso XLI, com a seguinte redação:

"Art. 263 ...

(...)

XLI – na Comarca de Pinhão:

a) a 2ª Vara Judicial."

Art. 3º Altera o inciso II, do art. 264, da Lei referida no art. 1º, que passa a vigorar acrescido da alínea "o", com a seguinte redação:

"Art. 264 ...

(...)

II - à entrância intermediária as Comarcas de:

a. ...

(...)

o. Pinhão"

Art. 4º Cria a 71ª Seção Judiciária com sede na Comarca de Pinhão, de entrância intermediária, integrada pela própria comarca.

Parágrafo único. A 40ª Seção Judiciária fica integrada pela Sede, Comarca de Palmas, de entrância intermediária, e pela Comarca de Clevelândia, de entrância inicial.



Estado do Paraná
PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA



Art. 5º Cria um cargo de Juiz de Direito para a Comarca de Pinhão, de entrância intermediária e um cargo de Juiz Substituto para a 71ª Seção Judiciária.

Art. 6º Cria um cargo de Assistente II de Juiz de Direito, de provimento em comissão, simbologia 1-C, na estrutura do Quadro de Servidores do Poder Judiciário, destinado ao assessoramento do Juiz de Direito da Comarca de Pinhão, nos termos da Lei nº 16.957 de 05 de dezembro de 2011, passando a integrar o Anexo III, Tabela 2, da Lei nº 11.719, de 12 de maio de 1997, consolidado no Anexo II da Lei 14.807, de 20 de julho de 2005.

Parágrafo único. O cargo criado na forma do caput é privativo de Bacharel em Direito.

Art. 7º Altera os Anexos I, II, Tabela 2, IV, V e IX, Tabela 1, da Lei referida no artigo 1º.

Art. 8º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICATIVA

O presente Anteprojeto de Lei, originado do protocolado nº 268.189/2012, tem por finalidade elevar a Comarca de Pinhão à entrância intermediária, com o desmembramento do Juízo Único pela criação de uma Vara Judicial e a criação do cargo de Juiz de Direito de entrância intermediária; criar a 71ª Seção Judiciária com sede na Comarca de Pinhão e um cargo de Juiz Substituto.

De acordo com a proposta, a comarca de Pinhão, atualmente de entrância inicial, passará a ser entrância intermediária. Com a criação de uma Vara Judicial haverá o desmembramento do Juízo Único, passando a comarca a ter 2 Varas Judiciais com os respectivos cargos de Juiz de Direito.


A medida busca a melhoria da prestação jurisdicional na Comarca de Pinhão, que tem movimentação processual superior às demais comarcas de entrância inicial.

A proposta prevê, ainda, a criação de uma seção judiciária, a 71ª, com sede na Comarca de Pinhão, integrada pela própria Comarca de Pinhão.

Com a criação dessa nova seção, a 40ª Seção Judiciária passará a ter em sua composição a Comarca de Palmas, sede de seção, e a Comarca de Clevelândia.

Com isso, busca-se um equilíbrio na distribuição das seções judiciárias envolvidas, de modo a permitir o melhor deslocamento e a correta e adequada substituição entre magistrados. Para essa nova seção cria-se um cargo de Juiz Substituto.

De forma a dotar a Comarca de Pinhão de estrutura adequada, cria-se um cargo de Assistente II de Juiz de Direito, simbologia 1-C de provimento em comissão, na estrutura do Quadro de Servidores do Poder Judiciário, destinado ao assessoramento do novo Juiz de Direito com atuação naquela comarca. O referido cargo é privativo de Bacharel em Direito e sua criação está de acordo com a Lei nº 16.957, de 05 de dezembro de 2011, que cria cargos para o assessoramento dos magistrados das comarcas do Estado do Paraná.



As despesas decorrentes da diferença de entrância do cargo de Juiz de Direito de inicial e intermediária, das criações de 1 cargo de Juiz de Direito de Entrância Intermediária e de Juiz Substituto, bem como do cargo de Assistente II de Juiz de Direito, de provimento em comissão, representam um incremento na despesa de aproximadamente R\$ 478.538,00 (quatrocentos e setenta e oito mil quinhentos e trinta e oito reais) para 2014, R\$ 866.610,00 (oitocentos e sessenta e seis mil seiscentos e dez reais) para 2015, e R\$ 916.617,00 (novecentos e dezesseis mil seiscentos e dezessete reais) para 2016, a ser suportado pelo orçamento próprio do Tribunal de Justiça.


A presente proposta foi objeto de aprovação pelo egrégio Órgão Especial do Tribunal de Justiça, em Sessão realizada no dia 09 de junho de 2014.

A proposta altera os Anexos I, II Tabela 2, IV, V, VIII e IX, Tabela 1, da Lei Estadual nº 14.277/2003 (Código de Organização e Divisão Judiciárias do Estado do Paraná - CODJ).

Ressalte-se que os Anexos alterados pela proposta do Anteprojeto de Lei deverão ser publicados juntamente com o texto final da lei, vez que são parte integrante da mesma.

Nos termos do Relatório de Gestão Fiscal do Poder Judiciário, relativo ao 1º Quadrimestre de 2014, a Despesa Total com Pessoal situou-se em 4,41% (quatro vírgula quarenta e um por cento) da Receita Corrente Líquida, portanto, abaixo do limite prudencial de 5,70% (cinco vírgula setenta por cento), conforme preceitua o artigo 22, parágrafo único, da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Encontra-se em anexo a Declaração do Ordenador da Despesa de que o aumento tem adequação com a lei orçamentária para o exercício de 2014, aprovado pela Lei nº 17.886, de 20 de dezembro de 2013, e compatibilidade com Plano Plurianual – PPA 2012-2015, aprovado pela Lei nº 17.013, de 14 de dezembro de 2011.



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PARANÁ

CÓDIGO DE ORGANIZAÇÃO E DIVISÃO JUDICIÁRIAS - LEI Nº 14.277 DE 30/12/2003

CLASSIFICAÇÃO DAS COMARCAS - ENTRÂNCIA FINAL, INTERMEDIÁRIA E INICIAL

ANEXO I

COMARCA DE ENTRÂNCIA FINAL			COMARCA DE ENTRÂNCIA INTERMEDIÁRIA			COMARCA DE ENTRÂNCIA INICIAL			
1	Comarca da Região Metropolitana de Curitiba	1	Andradá	39	Quedas do Iguaçu	1	Alto Paraná	39	Mantendo do Sul
I	Foro Central de Curitiba	2	Antonina	40	Rio Branco do Sul	2	Alto Piquiri	40	Marmeleiro
II	Foro Regional de Almirante Tamandaré	3	Assaí	41	Rio Negro	3	Altonia	41	Morreias
III	Foro Regional de Araucária	4	Assis Chateaubriand	42	Santo Antônio da Platina	4	Ampere	42	Nova Aurora
IV	Foro Regional de Campina Grande do Sul	5	Astorga	43	Santo Antônio do Sudoeste	5	Arapoti	43	Nova Fátima
V	Foro Regional de Campo Largo	6	Bandeirantes	44	São Mateus do Sul	6	Barbosa Ferraz	44	Nova Londrina
VI	Foro Regional de Colombo	7	Bela Vista do Paraíso	45	São Miguel do Iguaçu	7	Barracão	45	Oriquetra
VII	Foro Regional de Fazenda Rio Grande	8	Capitão	46	Telômaco Borba	8	Bocaiuva do Sul	46	Palmeira
VIII	Foro Regional de Pinhais	9	Castro	47	Wenceslau Braz	9	Cambará	47	Palmital
IX	Foro Regional de Piraquara	10	Chopininho			10	Campina da Lagoa	48	Paraíso do Norte
X	Foro Regional de São José dos Pinhais	11	Colorado			11	Cândido de Abreu	49	Paranacity
2	Comarca da Região Metropolitana de Londrina	12	Corbélia			12	Canagalo	50	Pádua
I	Foro Central de Londrina	13	Corumbá			13	Capitão Leônidas Marques	51	Pará do Sul
II	Foro Regional de Cambé	14	Cruzeiro do Oeste			14	Capitão	52	Paraná
III	Foro Regional de Itaipó	15	Dona Vazinhos			15	Catanduvas	53	Primeiro de Maio
IV	Foro Regional de Rolândia	16	Goioerê			16	Centenário do Sul	54	Rio Teze
3	Comarca da Região Metropolitana de Maringá	17	Guaira			17	Cerro Azul	55	Ribouças
I	Foro Central de Maringá	18	Guaratuba			18	Chade Guicha	56	Reserva
II	Foro Regional de Mandaguai	19	Itaí			19	Clevelândia	57	Ribeirão Claro
III	Foro Regional de Mandaguai	20	Itaí			20	Concórdias	58	Ribeirão do Pinhal
IV	Foro Regional de Marialva	21	Ivaiporã			21	Coronel Vivida	59	Salto do Lontra
V	Foro Regional de Sarandi	22	Jacarezinho			22	Curitiba	60	Santa Fé
VI	Foro Regional de Nova Esperança	23	Jaguariaiva			23	Engenheiro Beltrão	61	Santa Helena
4	Apucarana	24	Jandaia do Sul			24	Faxinal	62	Santa Isabel do Ivaí
5	Arapongas	25	Lapa			25	Fornosa do Oeste	63	Santa Mariana
6	Campo Mourão	26	Laranjeiras do Sul			26	Grandes Rios	64	São Jerônimo da Serra
7	Cascavel	27	Loanda			27	Guaraniaçu	65	São João
8	Clanorte	28	Marechal Cândido Rondon			28	Icaraima	66	São João do Ivaí
9	Foz do Iguaçu	29	Matelandia			29	Imbuva	67	São João do Triunfo
10	Francisco Beltrão	30	Matinhos			30	Ipiranga	68	Sengés
11	Guarapuava	31	Medianeira			31	Ipirá	69	Sertãozinho
12	Paranaíba	32	Palmas			32	Iretama	70	Siqueira Campos
13	Paranaíba	33	Paiolito			33	Jaguapitã	71	Tesoura Soares
14	Pato Branco	34	Paritituba			34	Joaquim Távora	72	Terra Boa
15	Ponta Grossa	35	Pinhão			35	Mallet	73	Terra Rica
16	Toledo	36	Pitanga			36	Mamboré	74	Terra Roxa
17	Umuarama	37	Porecatu			37	Mangueirinha	75	Tibagi
18	União da Vitória	38	Prudentópolis			38	Manoel Ribas	76	Tomazina

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PARANÁ
CÓDIGO DE ORGANIZAÇÃO E DIVISÃO JUDICIÁRIAS - LEI Nº 14.277 DE 30/12/2003
SEÇÕES JUDICIÁRIAS — ANEXO II — TABELA 2

SEÇÕES JUDICIÁRIAS	COMARCA SEDE	SEÇÃO COMARCA / VARA	ENTRÂNCIA	Juliz Subst.	Juliz de Direito Subst.	TOTAL
.....						
40ª	PALMAS	PALMAS	INTERM	1		1
		Clevelândia	INICIAL			0
.....						
71ª	PINHÃO	PINHÃO	INTERM	1		1
.....						

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PARANÁ

CÓDIGO DE ORGANIZAÇÃO E DIVISÃO JUDICIÁRIAS - LEI Nº 14.277 DE 30/12/2003
COMPOSIÇÃO DO FORO JUDICIAL E FORO EXTRAJUDICIAL POR COMARCA ANEXO - IV

.....	
PINHÃO - Comarca de Entrância Intermediária	
FORO JUDICIAL	
2 Varas Judiciais	
FORO EXTRAJUDICIAL	
.....	



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PARANÁ										
CÓDIGO DE ORGANIZAÇÃO E DIVISÃO JUDICIÁRIAS - LEI Nº 14.277 DE 30/12/2003										
MAGISTRATURA ESTADUAL — ANEXO V										
COMARCAS / FORO	ENTRÂNCIA	Desembargador	Juiz de Direito Substituto em 2º Grau	Juiz de Direito da Turma Recursal	Juiz de Direito Juizado Especial	Juiz de Direito Substituto	Juiz Substituto	Total		
.....										
1ª INSTÂNCIA										
.....										
Pinhão	Interm.			2			1	3	

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PARANÁ CÓDIGO DE ORGANIZAÇÃO E DIVISÃO JUDICIÁRIAS - LEI Nº 14.277 DE 30/12/2003 CRIAÇÃO E EXTINÇÃO DE CARGOS - ANEXO IX CARGOS DA MAGISTRATURA ESTADUAL - TABELA 1									
COMARCAS	Desembargador	Juiz de Direito Substituto em 2º Grau	Juiz de Direito	Juiz de Direito da Turma Recursal	Juiz de Direito do Julgado Especial	Juiz de Direito Substituto	Juiz Substituto	Total	
.....									
1ª INSTANCIA									
.....									
ENTRÂNCIA INTERMEDIÁRIA									
.....									
Pinhão			1				1	2	
.....									



Estado do Paraná
PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA



DECLARAÇÃO

Em atendimento ao disposto no artigo 16, inciso II, da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000 (**Lei de Responsabilidade Fiscal**), declaro que as despesas decorrentes do Anteprojeto de Lei, em anexo, que dispõe sobre criação de uma Vara Judicial na Comarca de Pinhão com elevação para entrância intermediária e criação de uma seção judiciária, alterando a Lei Estadual nº 14.277, de 30 de dezembro de 2003, apresenta adequação orçamentária e financeira com o Orçamento do Poder Judiciário para o exercício de 2014, aprovado pela Lei Estadual nº 17.886, de 20 de dezembro de 2013, e compatibilidade com o Plano Plurianual – PPA 2012-2015, aprovado pela Lei Estadual nº 17.013, de 14 de dezembro de 2011.

Curitiba, 12 de junho de 2014.

Desembargador **GUILHERME LUIZ GOMES**
Presidente do Tribunal de Justiça



Estado do Paraná
PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA



Curitiba, 12 de junho de 2014.
Of. nº 599/2014-GP

A sua Excelência o Senhor
Deputado Estadual **VALDIR LUIZ ROSSONI**
Presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Nesta Capital

I – À DAP para leitura no expediente.
II – À DL para providências.

Em, 15 SET 2014

Presidente



LIDO NO EXPEDIENTE
CONCEDIDO APOIAMENTO À D. L.

Em, 15 SET 2014

1º Secretário

Senhor Presidente:

Encaminho a Vossa Excelência, para apreciação dessa augusta Assembleia Legislativa, o incluso Anteprojeto de Lei que propõe a elevação da Comarca de Pinhão para entrância intermediária, a criação de uma Vara Judicial e a criação da 71ª Seção Judiciária, alterando a Lei Estadual nº 14.277, de 30 de dezembro de 2003, e adota outras providências.

As razões desta proposição estão contempladas na justificativa que acompanha o aludido anteprojeto.

Em conformidade com a Lei de Responsabilidade Fiscal, envio, em anexo, a documentação pertinente à matéria relacionada ao disposto nos artigos 16, 17 e 22 da Lei Complementar nº 101/2000.

Neste ensejo, consigno a Vossa Excelência minhas expressões de consideração e apreço.

Desembargador **GUILHERME LUIZ GOMES**
Presidente do Tribunal de Justiça



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 403/14

Projeto de Lei nº. 403/14

Autor: Tribunal de Justiça

Súmula: Eleva de entrância a Comarca de Pinhão, cria uma Vara Judicial com o desmembramento do Juízo único, cria uma Seção Judiciária, altera a Lei nº 14.277, de 30 de dezembro de 2003 e adota outras providências.

EMENTA: ELEVA DE ENTRÂNCIA A COMARCA DE PINHÃO, CRIA UMA VARA JUDICIAL COM O DESMEMBRAMENTO DO JUÍZO ÚNICO, CRIA UMA SEÇÃO JUDICIÁRIA, ALTERA A LEI Nº 14.277, DE 30 DE DEZEMBRO DE 2003 – CÓDIGO DE ORGANIZAÇÃO E DIVISÃO JUDICIÁRIAS DO ESTADO DO PARANÁ. POSSIBILIDADE. INICIATIVA PRIVATIVA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA. LEGITIMIDADE AFERIDA. ART. 96 DA CF. ARTS. 65 E 101 DA CE. IMPACTO FINANCEIRO DEVIDAMENTE ANEXADO EM CUMPRIMENTO À LEI COMPLEMENTAR FEDERAL 101/00. CONSTITUCIONAL. PARECER PELA APROVAÇÃO.

PREÂMBULO

O projeto de lei de autoria do Tribunal de Justiça visa elevar de entrância a Comarca de Pinhão, criar uma Vara Judicial com o desmembramento do Juízo único, criar uma Seção Judiciária, altera a Lei nº 14.277, de 30 de dezembro de 2003 e adota outras providências.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



FUNDAMENTAÇÃO

De início, compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33 - A, I do Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada:

Art. 33 - A - Cabe à Comissão de Constituição e Justiça:

I - emitir parecer sobre as proposições quanto a sua constitucionalidade, legalidade, juridicidade, adequação regimental e caráter estrutural, em face do que dispõe a Lei Complementar 95, de 26 de fevereiro de 1998 e alterações posteriores.

Primeiramente temos a competência exclusiva dos Tribunais para propor a criação de novas varas judiciárias, conforme preceitua o artigo 96, inciso I, alínea d, da nossa Carta Magna, senão vejamos:

Art. 96. Compete privativamente:

I - aos tribunais:

d) propor a criação de novas varas judiciárias;

Ainda, sobre a iniciativa das Leis, oportuno observar a Constituição Estadual, em seu art. 65:

Art. 65. A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembléia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na
forma e nos casos previstos nesta Constituição.
(Grifos Nossos).

A Constituição Estadual estabelece a prerrogativa do
Tribunal de Justiça do encaminhamento da criação de novas varas
judiciárias, bem como da alteração judiciária para a Assembleia
Legislativa do Paraná, sendo o objeto em tela, que vejamos:

**Art. 101. Compete privativamente ao Tribunal de
Justiça, através de seus órgãos:**

**I - propor à Assembléia Legislativa, observado o
disposto no art. 169 da Constituição Federal:**

**d) a alteração da organização e da divisão
judiciárias;**

**e) a criação e extinção de comarcas, varas ou
distritos judiciários; (Grifos Nossos).**

No que se refere ao impacto financeiro, devemos
observar que o projeto de lei não viola a Lei Complementar Federal nº.
101/00, a qual exige que o projeto que acarrete aumento de despesa
estatal seja acompanhado de estimativa do impacto orçamentário-
financeiro causado e declaração do ordenador da despesa de que o
aumento tem adequação orçamentária e financeira.

Com efeito, a fim de dar cumprimento à referida
legislação, o **Tribunal de Justiça** anexou ao projeto, declaração que o
aumento de despesa apresenta adequação orçamentária e financeira
com o Orçamento do Poder Judiciário para o exercício de 2014



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



aprovado pela Lei Estadual nº 17.886/2013, e compatibilidade com o Plano Plurianual – PPA, 2012 - 2015, aprovado pela Lei Estadual n. 17.013/2011.

Vislumbra-se, portanto, que o Tribunal de Justiça detém a competência necessária para propor o presente Projeto de Lei.

Por fim, quanto à técnica legislativa, o projeto de lei em questão não encontra óbice frente à Lei Complementar 95/98.

CONCLUSÃO

Diante do exposto, opina-se pela **APROVAÇÃO** do presente Projeto de Lei, em virtude de sua **CONSTITUCIONALIDADE** por estarem presentes todos os requisitos Constitucionais, legais e de técnica legislativa.

Sala das Comissões, 16 de setembro de 2014.

NELSON JUSTUS

Presidente

FERNANDO SCANAVACA

Relator

APROVADO

16/09/14



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
4ª Sessão Legislativa – 17ª Legislatura
Comissão de Finanças



PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 403/14

RELATÓRIO

O Plano de Lei em análise é oriundo do Tribunal de Justiça – Ofício nº 599/2014-GP, que eleva de entrância a Comarca de Pinhão, cria uma Vara Judicial com o desmembramento do Juízo Único, cria uma Seção Judiciária, altera a Lei Estadual nº 14.277, de 30 de dezembro de 2003, e adota outras providências.

Preliminarmente observamos que a matéria foi encaminhada a douta Comissão de Constituição e Justiça que por meio do Relator Senhor Deputado Fernando Scanavaca, exarou o devido parecer favorável que foi devidamente aprovado.

FUNDAMENTAÇÃO

A Diretoria Legislativa enviou o Projeto de Lei em questão a esta Comissão Permanente de Finanças, para análise, o que passará a fazer.

Procedida à análise da Proposição, sob a mira desta Comissão de Finanças, cumprindo as obrigações determinadas pelo §1º, do artigo 29, § 2º do artigo 30 e artigo 33-B, todos do Egrégio Regimento Interno desta Assembleia Parlamentar, observamos que a proposta encontra-se plenamente justificada.

Insta ressaltar que em relação à questão do impacto financeiro e orçamentário que é tratado na Lei Complementar Federal nº 101/00, (Lei de Responsabilidade Fiscal), a proposta vem acompanhada da declaração subscrita pelo Desembargador Guilherme Luiz Gomes, Presidente do Tribunal de Justiça, de que as despesas decorrentes do proposto neste Projeto de Lei, apresenta adequação orçamentária e financeira com o Orçamento do Poder Judiciário para o exercício de 2014, aprovado pela Lei Estadual nº 17.886, de 20 de dezembro de 2013, e compatibilidade com o Plano Plurianual – PPA 2012-2015, aprovado pela Lei Estadual nº 17.013, de 14 de dezembro de 2011.



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
4ª Sessão Legislativa – 17ª Legislatura
Comissão de Finanças



Na mesma linha, o autor da proposta registra que as despesas decorrentes da diferença de entrância do cargo de Juiz de Direito de inicial e intermediária, das criações de 1 cargo de Juiz de Direito de Entrância Intermediária e de Juiz Substituto, bem como do cargo de Assistente II de Juiz de Direito, de provimento em comissão, representam um incremento na despesa de aproximadamente R\$478.538,00 (quatrocentos e setenta e oito mil, quinhentos e trinta e oito reais) para o exercício de 2014, R\$866.610,00 (oitocentos e sessenta e seis mil, seiscentos e dez reais) para o exercício de 2015, e R\$916.617,00 (novecentos e dezesseis mil, seiscentos e dezessete reais) para o exercício de 2016, a ser suportado pelo orçamento próprio do Tribunal de Justiça.

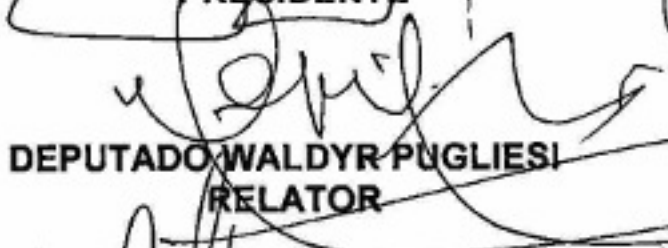
CONCLUSÃO

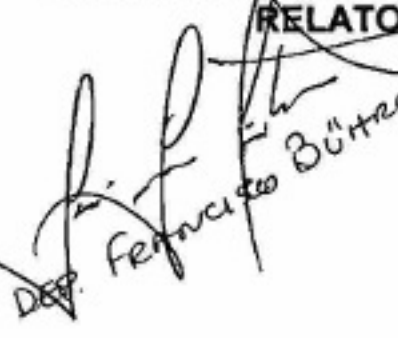
Posto isso, opina-se pela Aprovação do Projeto em questão, manifestando assim, o devido parecer **FAVORÁVEL**.

É o parecer.

Sala das Comissões, 13/10/14


DEPUTADO JONAS GUIMARÃES
PRESIDENTE


DEPUTADO WALDYR PUGLIESI
RELATOR


DEP. FRANCISCO BÜTTNER


DEP. GNIO JEREIS



Estado do Paraná
PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA



PROJETO DE LEI 404/14

SÚMULA: Acréscimo do artigo 299-A no Capítulo Único do Título I do Livro VI, da Lei Estadual nº 14.277, de 30 de dezembro de 2003 – Código de Organização e Divisão Judiciárias do Estado do Paraná.

Art. 1º Acrescenta o *artigo 299-A* no Capítulo Único do Título I do Livro VI da Lei Estadual nº 14.277, de 30 de dezembro de 2003 – Código de Organização e Divisão Judiciárias do Estado do Paraná, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 299-A Os titulares das serventias notariais e de registros alcançados por atos de desmembramento ou de desdobramento terão direito de opção, no prazo de vinte (20) dias, contados da publicação da lei ou do ato que deu origem, decaindo desse direito, se não exercido nesse prazo, permanecendo, portanto, no mesmo serviço.

§ 1º Se o ato de desmembramento ou de desdobramento atingir mais de um titular de serviço notarial e de registro, prevalecerá a opção manifestada por aquele que tenha mais tempo de serviço público.

§ 2º Em caso de empate terá preferência o mais idoso.

§ 3º Fica ressalvado ao preterido o direito de optar pela serventia remanescente, no prazo de cinco (5) dias contados da data da publicação do acórdão do Conselho da Magistratura, independentemente de nova intimação.

§ 4º As normas para processamento e tramitação dos pedidos de opção serão definidas em Regulamento próprio, aprovado pelo Conselho da Magistratura”.

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação



Estado do Paraná
PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA



JUSTIFICATIVA

O presente Anteprojeto de Lei, oriundo do *protocolado sob nº 267.242/2013-CPJE*, tem por objetivo acrescentar um artigo no Capítulo Único do Título I do Livro VI, que trata das Disposições Finais da Lei Estadual nº 6.174, de 16/11/2003 (Código de Organização e Divisão Judiciárias do Estado do Paraná - CODJ), com o intuito de regulamentar o direito de opção dos notários e registradores, previstos no artigo 29, inciso I, da Lei Federal nº 8.935/1994.

A proposta altera a legislação supracitada (Lei Estadual nº 14.277/2003) acrescentando o artigo 299-A, donde os titulares das serventias notariais e de registros alcançados por atos de desmembramento ou de desdobramento terão direito de opção, no prazo de vinte (20) dias, contados da publicação da lei ou do ato que deu origem, decaindo desse direito, se não exercido nesse prazo, permanecendo, portanto, no mesmo serviço.

Não só a insigne Comissão de Organização e Divisão Judiciárias, como também a douta Corregedoria-Geral da Justiça, aprovaram a presente alteração legislativa supracitada.

Registre-se que a proposta de alteração legislativa não implica em aumento de despesas, razão pela qual deixamos de apresentar a respectiva declaração.

Em sessão do egrégio Órgão Especial do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, realizada em 11 de agosto de 2014, foi aprovado, por unanimidade de votos, o presente Anteprojeto de Lei.



Estado do Paraná
PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA



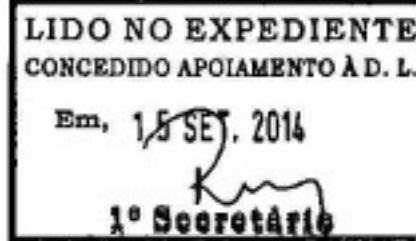
Curitiba, 09 de setembro de 2014.
Of. nº 936/2014-GP

I – À DAP para leitura no expediente.
II – À DL para providências.
Em, 09/09/2014

Presidente



A sua Excelência o Senhor
Deputado Estadual VALDIR LUIZ ROSSONI
Presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Nesta Capital



Senhor Presidente:

Encaminho a Vossa Excelência, para apreciação dessa augusta Assembleia Legislativa, o incluso Anteprojeto de Lei que acrescenta o artigo 299-A no Capítulo Único do Título I do Livro VI, da Lei Estadual nº 14.277, de 30 de dezembro de 2003 – Código de Organização e Divisão Judiciárias do Estado do Paraná.

As razões desta proposição estão contempladas na justificativa que acompanha o aludido anteprojeto.

Deixamos de apresentar a declaração de adequação orçamentária em razão da proposição acima referida não implicar em aumento de despesas.

Neste ensejo, consigno a Vossa Excelência minhas expressões de consideração e apreço.

Desembargador GUILHERME LUIZ GOMES
Presidente do Tribunal de Justiça

15-SET-2014 14:48 004528 1/1

DAP ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO PARANÁ

CASA CIVIL Sistema Estadual de Legislação

Pesquisa Rápida

voltar

Exibir Ato

Página para Impressão

Lei 14277 - 30 de Dezembro de 2003

Alterado Compilado Original

Publicado no Diário Oficial nº. 6636 de 30 de Dezembro de 2003

(vide Lei 14925 de 24/11/2005) (vide Lei 17210 de 02/07/2012) (vide Lei 17395 de 10/12/2012)
(vide Lei 16027 de 19/12/2008) (vide Lei 16887 de 26/07/2011) (vide Lei 17252 de 31/07/2012)
(vide Lei 17222 de 09/07/2012)

Súmula: Dispõe sobre a Organização e Divisão Judiciárias do Estado do Paraná e adota outras providências.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná decretou e eu sanciono a seguinte lei:

CÓDIGO DE ORGANIZAÇÃO E DIVISÃO JUDICIÁRIAS DO ESTADO DO PARANÁ

DISPOSIÇÃO PRELIMINAR

~~Art. 1º. Este Código dispõe sobre a Organização e Divisão Judiciárias do Estado do Paraná e disciplina a constituição, a estrutura, as atribuições e a competência dos tribunais, Juizes e serviços auxiliares, observados os princípios constitucionais que os regem.~~

Art. 1º. Este Código dispõe sobre a Organização e Divisão Judiciárias do Estado do Paraná e disciplina a constituição, a estrutura, as atribuições e a competência do Tribunal de Justiça, dos Juizes e Serviços Auxiliares, observados os princípios constitucionais que os regem.
(Redação dada pela Lei 14925 de 24/11/2005)

§ 1º. São regentes do presente código, dentre outros os seguintes princípios constitucionais:

I - legalidade;

II - impessoalidade;

III - moralidade;

IV - publicidade;

V - eficiência.

§ 2º. Além dos princípios referidos no parágrafo anterior, também se aplicam à presente lei, os seguintes:

I - probidade;

II - motivação;

III - finalidade;

IV - razoabilidade;

V - proporcionalidade;

VI - ...Vetado...;

VII - interesse público;

VIII - modicidade das custas e emolumentos.

§ 3º. Na constituição e alteração das atribuições e competências dos Tribunais, Juizes e Serviços

Art. 299. O agente delegado, ingressado no concurso na forma do disposto pelo § 3º do art. 236, da Constituição Federal, que esteja respondendo por diferente delegação, poderá ser para esta última removido com a aprovação do conselho da magistratura, assim o requerendo, comprovada:
(Redação dada pela Lei 14351 de 10/03/2004)

a) ~~...Vetada...~~

a) a baixa rentabilidade da serventia para a qual recebeu a delegação;
(Redação dada pela Lei 14351 de 10/03/2004)

b) ~~...Vetada...~~

b) que a designação perdure por dois anos ou mais;
(Redação dada pela Lei 14351 de 10/03/2004)

c) ~~...Vetada...~~

c) a vacância da serventia a ser preenchida.
(Redação dada pela Lei 14351 de 10/03/2004)

Art. 300. Os anexos abaixo relacionados fazem parte integrante desta Lei:

ANEXO I

Classificação das comarcas:

Entrâncias final, intermediária e inicial.

ANEXO II - Seções judiciárias:

Tabela 1 - Comarca da Região Metropolitana de Curitiba;

Tabela 2 - Demais comarcas.

ANEXO III - Composição das comarcas e seus distritos judiciários:

Tabela 1 - Comarca da Região Metropolitana de Curitiba;

Tabela 2 - Demais comarcas.

ANEXO IV - Composição do foro judicial e foro extrajudicial por comarca.

ANEXO V - Magistratura estadual.

ANEXO VI - Cargos do foro judicial:

Tabela 1 - Comarca da Região Metropolitana de Curitiba - entrância final;

Tabela 2 - Demais comarcas de entrância final;

Tabela 3 - Entrância intermediária;

Tabela 4 - Entrância inicial.

ANEXO VII - Juizados Especiais Cíveis e Criminais.

ANEXO VIII - Jurisdição das Varas de Execuções Penais.

ANEXO IX - Criação e extinção de cargos:

Tabela 1 - Cargos da magistratura estadual;

Tabela 2 - Cargos da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba - entrância final;

Tabela 3 - Cargos do foro judicial por comarca - demais comarcas de entrância final;

Tabela 4 - Cargos do foro judicial por comarca - entrância intermediária;

Tabela 5 - Cargos do foro judicial por comarca - entrância inicial;

Tabela 6 - Extinção de Distritos Judiciários;

Tabela 7 - Extinção de Distritos Judiciários após vacância;

Tabela 8 - Cargos dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais.

(vide Lei 17395 de 10/12/2012) (vide Lei 17136 de 02/05/2012) (vide Lei 16352 de

22/12/2009) (vide Lei 17065 de 23/01/2012) (vide Lei 15520 de 04/06/2007) (vide Lei 18102 de 30/05/2014)

Art. 301. As despesas com a criação de cargos e com a execução do presente Código correrão à conta das dotações orçamentárias do Poder Judiciário.

Art. 302. A instalação das varas e o preenchimento dos cargos criados por esta Lei, assim como qualquer alteração que aumente a despesa, ficam condicionados aos limites constantes da Lei Complementar nº 101, de 5 de maio de 2000 (LRF), e ao interesse da justiça, bem como a autorização específica do Órgão Especial, por maioria absoluta de seus membros.

Art. 303. Este Código entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PALÁCIO DO GOVERNO EM CURITIBA, em 30 de dezembro de 2003.

Roberto Requião
Governador do Estado

Aldo José Parzianello
Secretário de Estado da Justiça e da Cidadania

Caíto Quintana
Chefe da Casa Civil

* Correção dos Anexos referentes a Lei 17210.

Este texto não substitui o publicado no Diário Oficial do Estado



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 404/2014

Projeto de Lei nº. 404/2014
Autor: Tribunal de Justiça

Súmula: Acréscimo do artigo 299-A no Capítulo Único do Título I do Livro VI, da Lei Estadual nº 14.277, de 30 de dezembro de 2003 – Código de Organização e Divisão Judiciárias do Estado do Paraná.

EMENTA: ACRÉSCIMO DO ARTIGO 299-A NO CAPÍTULO ÚNICO DO TÍTULO I DO LIVRO VI, DA LEI ESTADUAL Nº 14.277/2003. POSSIBILIDADE. LEGITIMIDADE AFERIDA. ART. 96 DA CF. ARTS. 65 E 101 DA CE. ARTS. 33 E 124 REGIMENTO INTERNO ALEP. LEI COMPLEMENTAR FEDERAL 101/00. CONSTITUCIONAL. PARECER PELA APROVAÇÃO.

PREÂMBULO

O projeto de Lei ora apresentado tem como objetivo o acréscimo do artigo 299-A no Capítulo Único do Título I do Livro VI, da Lei Estadual nº 14.277, de 30 de dezembro de 2003 – Código de Organização e Divisão Judiciárias do Estado do Paraná.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



FUNDAMENTAÇÃO

De início, compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33 - A, I do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada:

Art. 33 - A – Cabe à Comissão de Constituição e Justiça:

I – emitir parecer sobre as proposições quanto a sua constitucionalidade, legalidade, juridicidade, adequação regimental e caráter estrutural, em face do que dispõe a Lei Complementar 95, de 26 de fevereiro de 1998 e alterações posteriores.

Sobre a iniciativa de projetos de lei, dispõe o Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná:

Art. 124. A iniciativa dos projetos caberá a qualquer membro da Assembleia, ao Governador, dos Tribunais e ao Ministério Público, que poderão solicitar o seu arquivamento ou a sua restituição, em qualquer fase de sua tramitação. (Grifos Nossos).

Parágrafo único. Todos os projetos, ressalvada a competência exclusiva do Governador, dos Tribunais e do Ministério Público, terão origem na



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



Assembléia, sob a iniciativa de qualquer Deputado ou Comissão.

Ainda, sobre a iniciativa das Leis, oportuno observar a Constituição Estadual, em seu art. 65:

Art. 65. A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembléia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.
(Grifos Nossos).

A Constituição Federal estabelece que compete privativamente ao Tribunal de Justiça propor ao Poder Legislativo a alteração da organização e da divisão judiciárias, bem como a criação, extinção e remuneração de cargos que lhe forem vinculados, conforme segue:

Art. 96. Compete privativamente:

II - ao Supremo Tribunal Federal, aos Tribunais Superiores e aos Tribunais de Justiça propor ao Poder Legislativo respectivo, observado o disposto no art. 169:

b) a criação e a extinção de cargos e a remuneração dos seus serviços auxiliares e dos juízos que lhes forem vinculados, bem como a



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



fixação do subsídio de seus membros e dos juizes,
inclusive dos tribunais inferiores, onde houver;

(...)

d) a alteração da organização e da divisão
judiciárias;

Corroborando deste entendimento a Constituição Estadual:

Art. 101. Compete privativamente ao Tribunal de
Justiça, através de seus órgãos:

I - propor à Assembleia Legislativa, observado o
disposto no art. 169 da Constituição Federal:

(...)

b) a criação e a extinção de cargos e a
remuneração dos seus serviços auxiliares e dos
juizes que lhe forem vinculados, bem como a
fixação do subsídio de seus membros e dos juizes,
observado o que dispõem os arts. 39, § 4º, 150, II,
153, III e 153, § 2º, I da Constituição Federal;

d) a alteração da organização e da divisão
judiciárias;

Vislumbra-se, portanto, que o Tribunal de Justiça detém a
competência necessária para propor o presente Projeto de Lei.

No que se refere ao impacto financeiro, devemos observar
que o projeto de lei não viola a Lei Complementar Federal nº. 101/00, observando
o texto do projeto não importa em aumento de despesas, segundo a justificativa
do Projeto.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

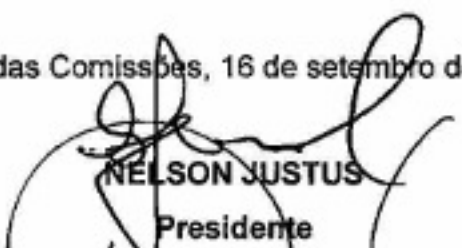


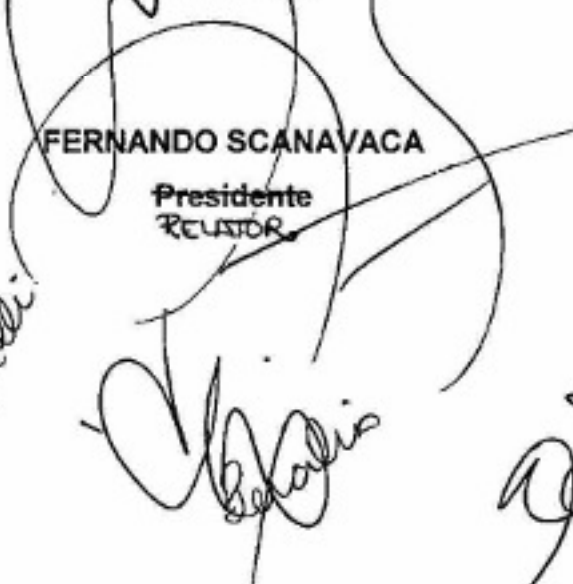
Por fim, quanto à técnica legislativa, o projeto de lei em questão não encontra óbice frente à Lei Complementar 95/98.





CONCLUSÃO

Diante do exposto, opina-se pela **APROVAÇÃO** do presente Projeto de Lei, em virtude de sua **CONSTITUCIONALIDADE** por estarem presentes todos os requisitos Constitucionais, legais e de técnica legislativa.

Sala das Comissões, 16 de setembro de 2014.


NELSON JUSTUS
Presidente


FERNANDO SCANAVACA
Presidente
RELATOR





Praça Nossa Senhora da Salete s/nº - Centro Cívico - Curitiba - Paraná

APROVADO
⁵
10/09/14



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
4ª Sessão Legislativa – 17ª Legislatura
Comissão de Finanças



PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 404/14

RELATÓRIO

O Plano de Lei em análise é oriundo do Tribunal de Justiça – Ofício nº 936/2014-GP, objetiva acrescentar o artigo 299-A no Capítulo Único do Título I do Livro VI, da Lei Estadual nº 14.277, de 30 de dezembro de 2003 – Código de Organização e Divisão Judiciárias do Estado do Paraná.

Inicialmente observamos que a matéria foi encaminhada a douta Comissão de Constituição e Justiça que por meio do Relator Senhor Deputado Fernando Scanavaca exarou o devido parecer favorável em virtude de sua constitucionalidade e por estarem presentes todos os requisitos Constitucionais, legais e de técnica legislativa.

FUNDAMENTAÇÃO

A Diretoria Legislativa enviou o Projeto de Lei em questão a esta Comissão Permanente de Finanças, para análise, o que passará a fazer.

Procedida à análise da Proposição, sob a mira desta Comissão, cumprindo as obrigações impostas pelo §1º, do artigo 29, § 2º do artigo 30 e artigo 33-B, todos do Egrégio Regimento Interno desta Assembleia Parlamentar, temos que a medida proposta pelo Tribunal de Justiça objetiva regulamentar o direito de opção dos notários e registradores, previstos no artigo 29, inciso I, da Lei Federal nº 8.935/1994.

Insta ressaltar que em relação a questão do impacto financeiro e orçamentário que é tratado na Lei Complementar Federal nº 101/00, (Lei de Responsabilidade Fiscal), a proposta não vem acompanhada da declaração de adequação orçamentária, em razão do Projeto em tela, não implicar em aumento de despesas.



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
4ª Sessão Legislativa – 17ª Legislatura
Comissão de Finanças


CONCLUSÃO


Desta forma, opina-se pela Aprovação do Projeto em questão, manifestando assim, o devido parecer **FAVORÁVEL**.

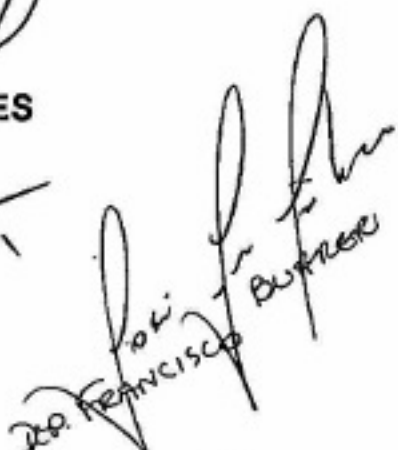
É o parecer.

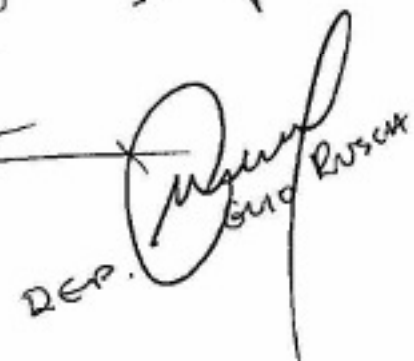
Sala das Comissões,


DEPUTADO JONAS GUIMARÃES
PRESIDENTE


DEPUTADO ENIO VERRI
RELATOR


DEP. WLADIMIR PUELLES


DEP. FRANCISCO BUZZA


DEP. GINO RUSCINI